

Sofia Rocato Lopes

**DESEMPREGO JUVENIL:
ANÁLISES ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS**

São Paulo

2017

1. Introdução

No mundo todo, tanto em países desenvolvidos, quanto emergentes e subdesenvolvidos, existe um princípio otimista intrínseco às gerações que formam a população e movimentam a economia. Tal princípio consiste na ideia de que cada geração contribui para melhorias nas estruturas sociais e econômicas, de forma que as futuras gerações possam desfrutar de um estado de vida digno e confortável. Este ideal, portanto, é apenas uma aplicação em esfera nacional do que ocorre a nível familiar. De maneira geral, os pais fazem sacrifícios e investimentos para beneficiar o futuro de seus filhos. Ou seja, existe uma expectativa de que os jovens possam ser bem sucedidos no futuro e isso recai sobre a juventude com muita força.

Este assunto vem ganhando destaque desde a Crise de 2008, que afetou a economia mundial, aumentando muito o desemprego juvenil. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, nas últimas décadas, pelo menos quatro de cada dez jovens encontram-se desempregados. Em 2011, os protestos políticos e sociais dos jovens aumentaram significativamente, pedindo “liberdade, justiça social e empregos”. Na Tunísia, eles foram o estopim da Primavera Árabe, no Cairo, deram início à queda do regime no Egito.

O Brasil, por ser um país subdesenvolvido, enfrenta algumas consequências mais alarmantes, já que a população é formada em sua maioria por jovens. O crescimento de trabalhos informais e da exploração do trabalho dos juvenis está tomando proporções perigosas. Por este motivo, é tão importante tratar sobre o assunto e refletir sobre o que pode ser feito para que este quadro não piore.

Assim, este ensaio se propõe a analisar algumas das principais razões, tanto estruturais, como conjunturais que estão atreladas ao desemprego juvenil. As questões estruturais estão ligadas ao próprio sistema e à sua consolidação através da história, enquanto às conjunturais relacionam-se à combinação ou concorrência de determinados acontecimentos num dado momento.

O desenvolvimento está dividido em quatro seções. A primeira delas trata das consequências do desemprego, e portanto, demonstra o quão relevante é a abordagem do tema. As três seguintes seções expressam alguns dos principais fatores que se relacionam com o desemprego juvenil, sendo dois deles estruturais: a industrialização e a educação, e um conjuntural: a Crise de 2008.

2. Desenvolvimento

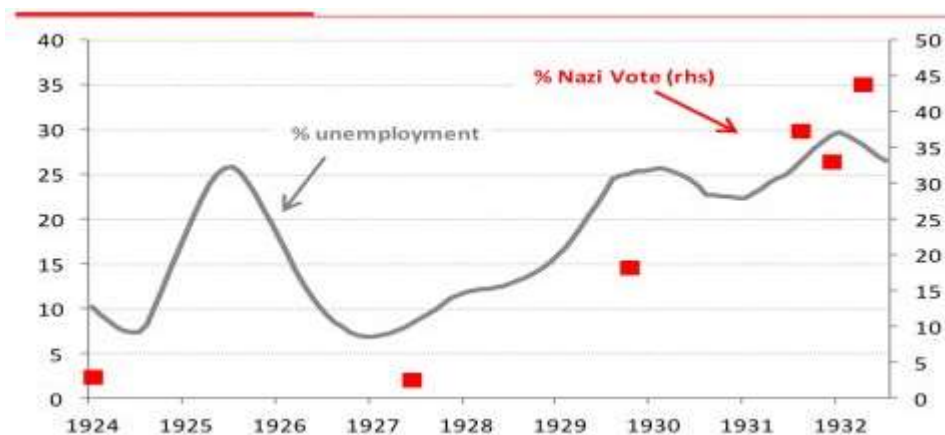
2.1. As consequências sociais do desemprego

Quando se trata do desemprego jovem, uma de suas principais consequências, tanto pela rotatividade como pela falta de vagas, é o aumento de trabalhos informais, que não têm carteira assinada e que, portanto, não garantem todos os direitos trabalhistas preservados pela constituição. É importante ressaltar que os efeitos do desemprego permeiam toda a sociedade e afetam muito as estruturas sociais. Os direitos do trabalhador desempregado, tais como o auxílio desemprego, despesas referentes à saúde (médico-hospitalares) e à segurança acabam gerando um aumento de impostos, afetando o cotidiano dos trabalhadores empregados.

Ademais, o desemprego está diretamente relacionado à radicalização política – tanto à direita, quanto à esquerda – posto que ele afeta a economia e a sociedade de forma negativa, consequentemente, levando os cidadãos à atitudes de revolta. Aqui, podemos fazer uma analogia às tendências comportamentais do ser humano: quando submetido à situações muito difíceis, demonstra alguns aspectos irracionais. A título de exemplo, podemos citar o fenômeno biológico da fome: quando uma pessoa está com muita fome, ela não consegue pensar racionalmente e com precisão, já que a prioridade no momento é a satisfação desta necessidade. Isso posto, podemos pensar no fenômeno social do desemprego, no qual os desempregados podem, em alguns casos, buscar na radicalização política a satisfação de suas necessidades mais urgentes.

Na juventude, este efeito é de significativa importância e deve servir como alerta. Isso porque, se os jovens serão os futuros participantes das decisões políticas de um país, eles devem ser orientados. Logo, a questão do desemprego juvenil deve ser tratada com zelo e empenho, pois, como já vimos, o desemprego pode levar indivíduos à atitudes drásticas. Aqui, podemos fazer algumas alusões históricas para demonstrar o quão importante é debater sobre este assunto.

Figura 1. Desemprego alemão e percentual de votos Nazi (1924-1932)



Fonte: SG Cros Asset Research, GFD

A partir do gráfico, podemos analisar que, no período entre-guerras, a Alemanha passou por um grande aumento nos índices de desemprego entre os anos de 1925 e 1926, considerando todas as imposições econômicas da Europa sobre os alemães no Tratado de Versalhes, após a Primeira Guerra Mundial. Neste período, o índice de votos ao Partido Nazista ainda era muito baixo, levando em conta a queda rápida nas taxas de desemprego entre os anos de 1926 e 1927. Todavia, a partir de 1927, podemos observar que o desemprego aumenta consistentemente, agravado pela crise de 1929, quando os votos Nazi aumentam de menos de 5% para cerca de 14%. Os efeitos da crise atingem ainda mais a Alemanha entre os anos de 1931 a 1932, de forma que o percentual de desemprego atinge seu auge, 30%. É exatamente neste período que os votos ao Partido Nazista também atingem o ponto mais alto, com 35% em 1932.

No Brasil, também podemos analisar o apoio popular ao governo totalitário de Getúlio Vargas, em 1930 e nos anos subsequentes ao seu governo, tanto constitucional quanto durante o Estado Novo. O Brasil enfrentava as consequências da Crise do Encilhamento e também do período pós guerra, com a crise de 1929, que causou uma brusca queda nos preços do café. Por conseguinte, muitos trabalhadores ficavam desempregados em meio a este caos econômico, logo, o apoio a Vargas se tornava quase obvio, principalmente após a Consolidação das Leis do Trabalho. Contudo, vale lembrar que a política no governo de Getúlio Vargas era impregnada de características do nazismo e do fascismo, como o unipartidarismo e a censura.

Apresentadas as consequências do desemprego juvenil e observando a dimensão deste problema, podemos agora compreender quais são os fatores mais relevantes para que o impasse se desenvolva.

2.2. A automação do trabalho e o desemprego estrutural

O desemprego estrutural está diretamente ligado à introdução de novas tecnologias na produção, que são capazes de diminuir seus custos, inclusive relativos à mão de obra. A inserção de máquinas e a automação de diversas funções dentro da economia de um país (nos setores de indústria, comércio e serviços) pode ser benéfica em muitos aspectos, mas não todos, posto que geralmente causa demissão dos trabalhadores em grande quantidade.

Uma análise histórica permite perceber que os métodos de produção foram radicalmente transformados após a Revolução Industrial no século XVIII. A partir dela, as máquinas foram introduzidas nos meios de produção, ganhando, com o passar do tempo, um papel fundamental na diminuição dos custos e na automação do trabalho. Acerca desta Primeira Revolução Industrial, Paulo da Silveira e Winderson Santos afirmam em seu livro “Automação e Controle Discreto”:

A revolução Industrial teve início na Inglaterra, em meados do século XVIII. Caracterizou-se basicamente, pela introdução de máquinas simples que surgiram para a substituição da força muscular pela mecânica e tarefas repetitivas executadas pelo homem. Com efeito, essas atividades produtivas passaram por uma evolução mais rápida, dando origem na Inglaterra à era Industrial. (SILVEIRA & SANTOS, 2002)

A Segunda Revolução Industrial, por sua vez, provocou uma grande globalização, de forma que muitos países precisaram acompanhar a industrialização para evitar que suas economias se tornassem obsoletas, já que a produção artesanal não poderia concorrer com os preços da produção industrial.

Passamos recentemente pela Terceira Revolução Industrial, que expandiu por todo o globo tecnologias ligadas às redes de informações, com o surgimento e crescimento do uso da internet e do WiFi. Portanto, atualmente, estamos vivenciando o chamado meio técnico-científico-informacional. O meio técnico representa a emergência do espaço mecanizado, com as máquinas que foram introduzidas na produção, enquanto os meios científico e informacional se aliam, guiados pela evolução do mercado e pela consolidação da globalização.

Isso afeta a empregabilidade porque ocorre a substituição da mão-de-obra – dos operários, daqueles que realizam trabalhos manuais – por máquinas. Assim, conforme o tempo passa, menos necessárias se tornam algumas funções dentro de uma indústria ou empresa, que são os maiores geradores de emprego. Assim, se há um excedente de mão-de-obra operária e

se a produção aumenta sem que essas pessoas estejam empregadas e possuam algum poder de compra, uma crise em potencial começa a surgir.

Os países que mais sofrem com as consequências do desemprego estrutural são países em desenvolvimento, que apresentam grande oferta de trabalhadores e a maioria não qualificada, por isso, facilmente substituível. Em busca de mão-de-obra barata, grandes indústrias colocam multinacionais em países como Brasil, Índia e China. Conforme a tecnologia avança, ela se torna concorrente do trabalho humano, aumentando o desemprego estrutural.

Outra consequência do processo de automação é a diminuição do poder das greves, uma das mais eficazes ferramentas para a reivindicação de melhorias nas condições de trabalho. Se os setores de uma empresa continuam funcionando de maneira automática, mesmo com a ausência de funcionários, há uma diminuição da dependência dos mesmos. Portanto, a pressão sobre os patrões é minimizada. Um exemplo disso foi a greve dos bancários ocorrida no Brasil em outubro de 2011. Foram possíveis durante a greve, serviços como o débito automático em conta de dívidas ou o pagamento de contas nos caixas eletrônicos com o código de barra dos boletos.

Um argumento que pode ser utilizado é o de que a industrialização diminui os preços de produção, tornando, por conseguinte, o consumo mais acessível a todos. Nessa perspectiva, é interessante analisarmos que isso é válido, mas somente no que diz respeito às classes dos proprietários de terra e capitalistas. O trabalhador, no entanto, é submetido ao desemprego, sendo substituído pelos novos avanços. Se a maior parte da população é formada pelo proletariado em contraste com uma menor quantidade representada pela burguesia, então, uma grande massa tem seu poder de consumo substancialmente reduzido, pelo menos nos efeitos iniciais. A mecanização somente não contribuiria para o desemprego se aumentasse o produto líquido do país, de forma que o produto bruto não decrescesse.

Diante deste contexto, a preocupação com o jovem deveria ser a qualificação educacional, pois uma boa formação tornaria o profissional apto a coordenar este processo de mecanização e não apenas ficar submisso a ele. Para exemplificar, podemos pensar no trabalhador operário no contexto da Primeira Revolução Industrial. Treinado para executar funções simples e repetitivas, como apertar um parafuso ou puxar uma alavanca, poderia ser facilmente substituído. Já um trabalhador que possui acesso à uma boa qualificação, é capaz de realizar funções mais complexas, como desenvolver comandos para aumentar o desempenho das máquinas, o que o tornaria dificilmente substituível.

Entretanto, no Brasil e em países subdesenvolvidos, em razão de algumas condições histórico-sociais específicas que trabalharam para a manutenção da desigualdade social, ainda existem alguns empecilhos na educação que contribuem para dificultar uma boa qualificação profissional, e portanto, contribuem diretamente para o desemprego juvenil, o que nos leva ao segundo fator.

2.3. Desigualdade social e precariedade do sistema educacional

No Brasil, a desigualdade social e a precariedade do sistema educacional público são agravantes que limitam as possibilidades de resolução do problema. Isso ocorre porque o mercado de trabalho exige cada vez mais qualificação. Em momentos de contenção dos custos, as organizações optam por aumentar a exigência quanto à qualificação profissional para a ocupação das vagas de emprego, visto que se o candidato precisar de mais preparo após a ocupação da vaga, a contratação acaba sendo mais cara. Ademais, a rotatividade do emprego é substancialmente maior para candidatos que não possuam um bom currículo.

A desigualdade social faz com que pessoas de baixa condição socio-econômica não tenham acesso a uma educação de qualidade. No Brasil, o progresso de inclusão de toda a população na educação foi eficiente ao proporcionar o ensino gratuito a todos, entretanto, este não se nivela à qualidade do ensino privado. Nesta perspectiva, M.F. Pinheiro afirma em sua tese de doutorado:

“No Brasil, após a década de 30, concomitante ao processo de intervenção do Estado na esfera econômica, como principal agente do desenvolvimento, ocorreu uma tendência de privatização da esfera pública. Mas o processo de interpenetração entre essas esferas caracterizou-se por um duplo prejuízo da esfera pública, pois tanto a intervenção do Estado na área econômica quanto do setor privado na esfera pública favoreceu primordialmente interesses privados e não públicos.” (PINHEIRO, 1991)

A privatização da educação desfavorece alunos de baixa renda. Isso pode ser observado na dificuldade dos alunos de escola pública a ter acesso ao ensino superior público. Diversos fatores contribuem para que a qualidade da educação neste setor seja tão baixa, mas dois deles podem ser destacados para uma análise menos profunda:

a) A desvalorização dos professores

Um estudo publicado em pela Varkey Foundation, de Londres², feito com vinte e um países, aponta o Brasil como o penúltimo país na pesquisa de valorização ao professor. As principais variáveis utilizadas na pesquisa foram: procura pela profissão, nível de respeitabilidade dos alunos para com os docentes e status social dos professores. Também podemos usar como parâmetro o salário dos professores do setor público no ensino fundamental em comparação com países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Tabela 1. Salário dos professores de ensino fundamental (instituições públicas, em dólares por ano)

Luxemburgo	\$ 66.085	Chile	\$ 17.770
Alemanha	\$ 50.007	México	\$ 15.556
Suíça	\$ 48.904	Estônia	\$ 11.828
Estados Unidos	\$ 36.333	Polônia	\$ 11.388
Espanha	\$ 33.268	Hungria	\$ 10.992
Noruega	\$ 34.484	Israel	\$ 19.680
Áustria	\$ 32.587	Brasil	\$ 10.375
Finlândia	\$ 32.148	Indonésia	\$ 1.560
Média da OCDE: \$ 29.411			

Fonte: Dados obtidos dos indicadores de educação da OCDE, 2014

O estudo “Education at a Glance”, publicado em 2014 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mapeia os dados da educação em quarenta e quatro países, sendo que dezesseis deles podem ser observados na tabela, como uma amostra. Comparando o Brasil com países desenvolvidos, percebe-se que o salário dos professores no Brasil é extremamente baixo, de 10.375 dólares anuais, ficando acima apenas acima da Indonésia, com 1.560 dólares anuais. Mesmo em comparação com países da América Latina que são subdesenvolvidos e emergentes, como Chile e México (com \$17.770,00 e \$15.556,00 respectivamente), os professores brasileiros recebem salários consideravelmente menores. No Brasil, o salário dos professores é quase três vezes menor do que a média da OCDE.

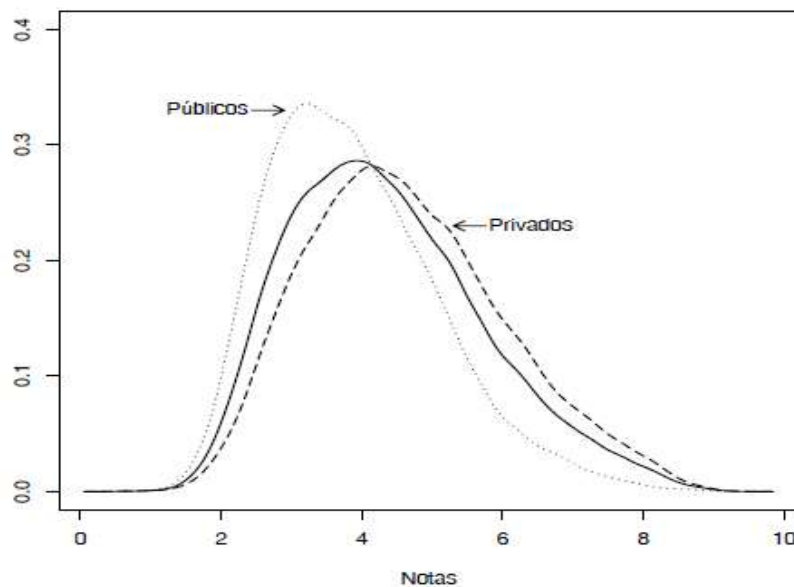
A desvalorização dos professores contribui para a falta de qualificação dos mesmos e o desestímulo para a formação de novos profissionais, o que atinge diretamente a educação, visto que os alunos sofrerão futuramente com a falta de docentes. De acordo com a Secretaria Estadual da Educação, cerca 1.671 professores pediram exoneração em 2016, registrando uma alta de 9% em comparação com 2015, com 1.532. O desgaste a que o profissional é submetido causa um desânimo real que acaba sendo transferido para as salas de aula. Desta forma, os alunos enfrentam as consequências: aulas vagas, defasagem nas disciplinas necessárias para

uma boa qualificação, dificuldade de acesso ao ensino superior público através do vestibular e, por conseguinte, a dificuldade de ingresso em empregos formais e com boas condições.

b) Uso em excesso de métodos de ensino ultrapassados

Métodos de ensino que não desenvolvam no aluno a autonomia necessária para estudar e pesquisar sobre os assuntos tratados em sala de aula, ou que não possibilitem a visão da importância da disciplina e do tema em questão para a vivência dos alunos podem ser extremamente prejudiciais e atrapalhar todo o processo educacional. Para exemplificar, podemos citar a cópia de conteúdo do quadro negro, na qual os alunos são submetidos ao simples exercício de copiar e decorar frases em detrimento de aulas com o foco na capacidade de compreensão. Um estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas pela Educação (Unesco) realizou uma pesquisa com onze países, sendo que o Brasil ficou entre os cinco países que mais utilizam métodos de ensino mecânicos, como a já referida cópia de conteúdo no caderno, repetição de frases e a prática de decorar fórmulas e tabelas.

Figura 2. Distribuição das notas para alunos de escolas públicas e privadas



Fonte: SAMPAIO, Breno; GUIMARÃES, Juliana. **Diferenças entre ensino público e privado no Brasil**. Econ. Apl. vol.13 no.1 Ribeirão Preto Jan./Mar. 2009

No gráfico, podemos observar o desempenho estudantil de acordo com a distribuição de notas dos alunos. Nota-se que a curva que representa o ensino público está bem mais à esquerda que o privado, ou seja, as notas dos alunos de escolas públicas costumam ser mais baixas do que os de escola privada.

Este tópico nos permite refletir acerca da privatização da educação e da transformação da mesma em um mercado. Enquanto a educação pública continua, de maneira geral, a insistir em um sistema que não desenvolve as capacidades cognitivas dos alunos, o setor privado, ao oferecer algo diferente disso acaba aumentando a procura e, tão logo, as taxas de mensalidade. Podemos, portanto, afirmar que o abismo da desigualdade social é mantido, pois a dificuldade de obter um bom currículo é causada por problemas estruturais na educação do Brasil. Assim, as melhores probabilidades quando se trata de empregabilidade juvenil ficam para aqueles que têm condições de estudar em uma escolar particular, sendo que uma grande parcela não tem condições para isso.

2.4. A Crise de 2008 e as perspectivas de países desenvolvidos e emergentes/subdesenvolvidos em relação à empregabilidade juvenil

Explorados os fatores de cunho estrutural que causam o desemprego juvenil, podemos agora pensar em questões conjunturais. Em conjunturas de recessão, é fato que os jovens que estão entrando no mercado de trabalho são os mais atingidos pelo desemprego, visto que as empresas precisam cortar gastos com funcionários. Assim, há uma preferência por profissionais mais sedimentados, que possuam experiência na área. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), durante as últimas décadas, o desemprego de jovens manteve-se em média três vezes mais elevado do que o desemprego de adultos.

Neste ínterim, observa-se que a economia mundial foi profundamente atingida por uma grande recessão em 2008, principalmente nos países desenvolvidos, estendendo, desta forma, seus efeitos pelos quatro continentes. Posto que a juventude é o setor mais atingido por uma crise, é necessário considerar que a magnitude da Crise de 2008 pode ser comparada com a Grande Depressão de 1929. Conseqüentemente, é possível afirmar que economia global está sofrendo uma crise na empregabilidade juvenil que pode ser considerada uma extensão dos efeitos da crise de 2008.

Nos Estados Unidos, por volta de 1998, uma política de concessão de créditos começou a tomar grandes proporções. Mesmo quem não tinha renda ou patrimônio como garantia poderia ser aprovado para um financiamento, através das hipotecas. O volume desse tipo de financiamento em meados de 2008 já era gigantesco. Os bancos começaram a misturar estas dívidas de alto risco (com pouca chance de ser paga) com empréstimos de baixo risco (clientes que tinham um bom histórico de pagamento) e montar pacotes chamados CDOs. Estes pacotes eram vendidos para investidores do mundo todo com um alto índice de juros. Entretanto, muitos

credores começaram a dar calotes junto aos bancos, pois não tinham condições de pagar os empréstimos, causando assim, um efeito dominó, não só na economia americana como em todo o globo.

Os países onde houve um alto número de investimento nos CDOs foram muito atingidos, assim como regiões que dependem de exportações e importações dos Estados Unidos. Portanto, muitos países entraram em recessão, incluindo o Brasil. Logo, conforme um grande número de empresas faliram, o número de desempregados disparou, de forma que os jovens foram certamente os mais atingidos.

Nos países desenvolvidos mais afetados pela crise financeira, a situação desta geração de jovens é pior do que da anterior. As ofertas de emprego são muito reduzidas e os jovens acabam ficando um tempo prolongado distantes do mercado de trabalho, dificultando ainda mais o seu retorno. Para os que conseguem encontrar emprego, existe uma grande dificuldade de avançar em sua carreira para cargos de melhor qualidade. As garantias de proteção social também são reduzidas devido à redução dos gastos com as finanças públicas. Outrossim, o acesso ao ensino superior público também se torna mais escasso considerando os cortes de gastos na educação.

Os países emergentes e subdesenvolvidos, como o Brasil, por sua vez, foram afetados pela crise de tal forma que houve uma desaceleração em seu ritmo de crescimento. Os investimentos estrangeiros e a ajuda pública ao desenvolvimento estão mais limitados após a crise, as relações comerciais com os países desenvolvidos também diminuíram durante um longo período de tempo, já que estes países precisavam proteger seu mercado interno até que suas economias se reestruturassem. Há portanto, uma grande dificuldade para que os jovens possam ter acesso à empregos formais, de maneira que estes acabam optando por empregos subalternos. O tema já citado da desigualdade social e precariedade da educação é potencialmente agravado pela crise.

3. Conclusão

A crise do emprego jovem, tanto em seus aspectos estruturais, como conjunturais, é uma ameaça para a sociedade e para a estabilidade política. Ela diminui o potencial de crescimento e desenvolvimento na economia, visto que aumenta a diferença já pré estabelecida entre a oferta de emprego, as aspirações dos jovens e seu potencial e sua procura no mercado de trabalho, que se torna cada vez mais escassa.

Analisados os fatores que contribuem para a manutenção das elevadas taxas de desemprego juvenil, é possível observar métodos que amenizem o impasse e que, a longo prazo, possam diminuir substancialmente o desemprego entre os jovens. Como já foi ressaltado, um dos primeiros caminhos a ser seguido é o da educação, antes de qualquer outra medida, no Brasil, é preciso que a educação tenha prioridade.

Os professores devem ser mais valorizados, de forma que sejam adotadas políticas de incentivo ao aumento do grau de qualificação dos mesmos, atrelado a um aumento de salário baseado em seu nível de competência e habilidade. Esta medida deve ser unida à uma abordagem dos métodos de ensino relacionada às capacidades cognitivas do aluno, visando atender as defasagens que o setor público apresenta, para que a distância entre a qualidade educacional do setor privado e público diminua gradativamente. Assim sendo, pode ser atenuada a questão abordada no item 2.3, relativa à desigualdade social e precariedade do sistema educacional.

Em se tratando do jogo oferta/procura, devem ser adotadas políticas para aumentar a criação de emprego, ou seja, a procura. Isto inclui políticas de crescimento e econômicas, contribuindo para o incentivo ao empreendedorismo e trabalho independente, além de programas que facilitem a criação de empregos no setor público.

Em relação à oferta, como já citado, o ensino é a variável mais influente. Contudo, algumas medidas devem ser tomadas para que haja uma integração maior de jovens ao ensino superior, tais como a facilitação do acesso a cursos pré-vestibulares de qualidade. Ademais, deve haver um incentivo estatal maior aos programas de integração ao jovem recém formado à vida ativa (como o programa Jovem Aprendiz) para que estes possam proporcionar aos jovens uma formação técnica e profissional, com o apoio de subsídios salariais, isenções fiscais e aconselhamento na procura de emprego. Assim, a correspondência entre oferta e procura torna-se mais uniforme.

É importante ressaltar que os direitos trabalhistas dos jovens devem ser protegidos; por este motivo, as medidas apresentadas devem contribuir também para a diminuição de trabalhos informais. Pode-se, a partir daí, redirecionar a economia à sua ordem natural: enquanto os pais fazem de tudo para dar aos seus filhos um futuro digno, o país deve contribuir para que seus futuros profissionais possam alavancar o desenvolvimento da pátria.

4. Bibliografia

ARCOVERDE, Leonardo. **334 professores pedem demissão do Estado por mês em 2016 em SP**. Disponível em: <<http://www.fiquemsabendo.com.br/2016/09/334-professores-pedem-demissao-do-estado-por-mes-em-2016-em-sp/>> Acesso em 23/08/2017

ASSIS, Ellen F. **Automação e desemprego**. Dissertação – Ciências econômicas (UNIFAL, MG)

BELMONTE, Alexandre Agra. **Desemprego e informalidade: causas e possíveis soluções**. Disponível em: <<https://monitordigital.com.br/556613-2>> Acesso em: 20/09/2017

ESTEFFANATO, Thiago. **Professor: Uma profissão agredida e desvalorizada**. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/observatorio-da-violencia/professor-uma-profissao-agredida-e-desvalorizada/>> Acesso em: 23/08/2017

FUENTES, André. **Salário dos professores brasileiros está entre os piores do mundo**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/salario-dos-professores-brasileiros-esta-entre-os-piores-do-mundo/>> Acesso em 23/08/2017

LAURO A. **Setor bancário: Na Vanguarda do Desemprego Tecnológico**. Revista espaço Acadêmico. nº59 .

OECD (2014), **Education at a Glance 2014: OECD Indicators**. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2014-en>>

OIT (2012). **A crise do emprego jovem: tempo de agir**. Conferência internacional do trabalho, 101ª sessão, Relatório V, 2012

PINHEIRO, M. F. (1991). **O público e o privado na educação brasileira: um conflito na Constituinte (1987-1988)**. Tese (Doutorado) – UnB, Brasília.

SCHMITZ, Hubert. (1985) **A microeletrônica: suas implicações sobre o emprego e o salário**. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. 15(3): 639-680 dez.

SAMPAIO, Breno; GUIMARÃES, Juliana. **Diferenças entre ensino público e privado no Brasil**. Econ. Apl. vol.13 no.1 Ribeirão Preto Jan./Mar. 2009

SILVEIRA, P. R., SANTOS, W. E. **Automação e Controle Discreto**. 10a Edição. Editora Érica. São Paulo. 2002

UNESCO. **Tecnologias para a transformação da educação**: experiências de sucesso e expectativas. (Estudo)

VARKEY Foundation. **2013 Global Teacher Status Index launches**. Disponível em:
<<https://www.varkeyfoundation.org/news/2013-global-teacher-status-index-launches>> Acesso em: 23/08/2017